



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Quarta Procuradoria

PARECER: 188/2017–ML

ASSUNTO: AUDITORIA REALIZADA POR OUTROS ÓRGÃOS

REFERÊNCIA: PROCESSO Nº 8.674/2014 (Apenso: Processo nº 480.000.146/2013)

EMENTA: 1. AUDITORIA REALIZADA POR OUTROS ÓRGÃOS. SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPARÊNCIA E CONTROLE DO DISTRITO FEDERAL, ATUAL CONTROLADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL. AVALIAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS E DEFERIMENTO DE VANTAGENS. DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO DISTRITO FEDERAL – DETRAN/DF. RELATÓRIO DE AUDITORIA Nº 3/2014/DIRPA/CONAP/CONT/STC. DECISÃO Nº 4.175/2015. DETERMINAÇÕES. **CUMPRIMENTO PARCIAL.** DECISÃO Nº 3.816/2016. REITERAÇÃO. NOVAS DETERMINAÇÕES À CGDF E AO DETRAN/DF.

2. UNIDADE TÉCNICA CONSIDERA CUMPRIDAS AS DELIBERAÇÕES DESTINADAS A CGDF E PARCIALMENTE CUMPRIDAS AS DETERMINAÇÕES À AUTARQUIA. SUGERE NOVA DETERMINAÇÃO A SER A VERIFICADA EM FUTURA AUDITORIA.

3. **AQUIESCÊNCIA PARCIAL DO MPC/DF.** NECESSIDADE DE REITERAÇÃO DE DILIGÊNCIA À SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL - SEE/DF. ADOÇÃO DAS MEDIDAS PARA RESSARCIMENTO AO ERÁRIO. PELO NÃO ARQUIVAMENTO DOS AUTOS ATÉ O ENVIO DA DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA.

1. Tratam os autos de auditoria de regularidade realizada no Departamento de Trânsito do Distrito Federal – DETRAN/DF, no exercício de 2013, determinada pela Secretaria de Estado de Transparência e Controle – STC/DF, antecessora da Controladoria-Geral do DF – CGDF¹, com objetivo de avaliar a conformidade dos procedimentos na área de pessoal adotados pela jurisdicionada e o deferimento de vantagens, bem como a forma de calcular parcelas integrantes da remuneração dos servidores.

2. Oportuno relembrar que os resultados apurados no trabalho de campo foram noticiados no Relatório de Auditoria nº 3/2014 – DIRPA/CONAP/CONT/STC (fls. 45/87), a partir das análises e evidências decorrentes do levantamento procedido, delimitado às seguintes referências:

“Adicional noturno, Adicional de insalubridade e Adicional por tempo de serviço; Atraso nos lançamentos no SIRAC relativos a Admissões; Desvio de Função;



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Quarta Procuradoria

Acumulação de Cargos, Empregos ou Funções Públicas; Auxílio-Creche; Auxílio-Saúde; Auxílio-Alimentação; Conciliação do adiantamento de férias; Pagamento de Licença-Prêmio em Pecúnia; Abono de Permanência; Cadastramento e Exclusão de Vantagens na Folha de Pagamento; Instalações utilizadas pela área de pessoal do DETRAN/DF; Procedimentos de concessão de Gratificação de Titulação – GTIT e de Adicional de Qualificação; Ficha Limpa; Ampliação de Carga Horária; e Cessão de servidor a órgão ou entidade dos Poderes do Distrito Federal, da União, dos Estados ou dos Municípios.” (Fl. 93).

3. Nesse contexto, após o exame de sua alçada no aludido Relatório de Auditoria nº 3/2014, a Unidade Técnica sugeriu ao e. **TCDF**:

“I. tomar ciência das impropriedades encontradas pela STC na auditoria de que trata o Processo GDF nº 0480-000146/2013, e das providências que estão sendo adotadas pelo DETRAN/DF;

II. determinar à Secretaria de Estado de Transparência e Controle do DF que dê continuidade no acompanhamento das providências que estão pendentes, relacionadas aos seguintes assuntos: Adicional de Tempo de Serviço; Desvio de Função; Acumulação de Cargos ou Empregos Públicos; Auxílio-Alimentação; Conciliação do Adiantamento de Férias; Pagamento de Licença-Prêmio em Pecúnia; Abono de Permanência; e Ficha Limpa; bem assim sobre o tema ‘Ampliação de Carga Horária’, dando ciência ao Tribunal, no prazo de 90 (noventa) dias, sobre a efetiva implementação das medidas noticiadas pela autarquia auditada;

III. determinar ao DETRAN/DF, encaminhando-lhe cópia da instrução e da decisão que vier a ser proferida, que:

a) em relação às admissões de servidores, promover, tempestivamente, os registros no SIRAC, observando ainda os prazos fixados na Resolução TCDF nº 168/2004 para encaminhamento dos atos respectivos ao Controle Interno e para atendimento das diligências eventualmente baixadas pela STC;

b) exija dos servidores, para a concessão do Auxílio-Creche, os comprovantes de que o dependente não está matriculado em creche/pré-escola mantida pelo Poder Público, conforme art. 7º, inciso III, do Decreto nº 16.409/1995;

c) em relação ao Auxílio-Saúde, convoque os servidores identificados fl. 100 para que façam a opção pelo benefício em apenas um dos vínculos. Caso optem pelo benefício do DETRAN, comunique o fato à Secretaria de Estado de Educação para que esta adote as providências de sua alçada, qual seja, o cancelamento do benefício e a abertura de procedimento administrativo, com a consequente devolução dos valores percebidos em duplicidade, conforme apontado na tabela de fls. 91/92, haja vista o disposto no parágrafo único do art. 2º da Lei nº 4.862/2012. Caso optem pelo benefício na SEDF, proceda ao cancelamento do benefício pago pelo DETRAN e adote as devidas providências quanto à devolução ao erário dos valores percebidos indevidamente a esse título, conforme preceituam os arts. 112, parágrafo único, e 119 da Lei Complementar nº 840/11, sem prejuízo de garantir o direito ao contraditório e à ampla defesa;

d) dê ciência ao Tribunal, em 90 (noventa) dias, das providências adotadas em relação ao disposto na alínea ‘c’, anterior.

IV. autorizar:



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Quarta Procuradoria

- a) a devolução do apenso à origem, com cópia do documento de fls. 91/92 e da decisão que vier a ser adotada;*
b) a remessa à Secretaria de Estado de Educação das peças de fls. 91/92 para que, em conjunto com o DETRAN/DF, e observado o devido processo legal, regularize o pagamento da parcela Auxílio-Saúde, atualmente paga em duplicidade, bem assim providencie o ressarcimento ao erário dos valores pagos indevidamente, dando ciência ao Tribunal no prazo de 90 (noventa) dias;
c) o retorno dos autos a esta Secretaria para as providências subsequentes.” (Fls. 106/107).

4. Ouvido, o **Parquet** emitiu o Parecer nº 878/2014-ML (fls. 111/122), **convergindo**, na essência, com as sugestões emanadas do Corpo Técnico.

5. Nesse diapasão, o e. **Tribunal** exarou o r. **Decisum** nº 4.175/2015 (fls. 139/140), mediante o qual, em harmonia com a instrução técnica, determinou à CGDF e ao DETRAN/DF a adoção das providências sugeridas nos itens II e III, acima transcritos, além de autorizar o envio das peças de fls. 91/92 à Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal – SEE/DF, para que esta jurisdicionada, em conjunto com o DETRAN/DF, **regularizasse o pagamento da parcela de auxílio-saúde paga em duplicidade aos servidores ali elencados**, adotando as providências atinentes ao ressarcimento ao Erário dos valores pagos indevidamente.

6. Mediante manifestação da SEE/DF e do DETRAN/DF, por intermédio dos documentos de fls. 144/191, 192/302, respectivamente, a e. **Corte de Contas**, nos termos da r. Decisão nº 3.816/2016 (fl. 336), após oitiva da Unidade Técnica (fls. 303/313) e do **MPC/DF** (fls. 316/326), assim deliberou:

“O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu:

I – tomar conhecimento dos Ofícios nºs 2807/2015 – GAB/DETRAN-DF (fls. 192/283) e 2140/2015-GAB/SE (fls. 144/191);

II – reiterar à Controladoria-Geral do Distrito Federal os termos do inciso II da Decisão nº 4.175/15, no sentido de que dê continuidade ao acompanhamento das providências que estão pendentes, relacionadas aos seguintes assuntos: adicional de tempo de serviço; adicional de insalubridade; desvio de função; pagamento de licença-prêmio em pecúnia; abono de permanência; ficha limpa; bem como sobre o tema ‘Ampliação de Carga Horária’, fixando novo prazo de 60 (sessenta) dias para que informe ao Tribunal sobre a efetiva implementação das medidas noticiadas pela autarquia auditada;

III – ter por cumpridos os incisos III, com exceção da alínea ‘c’, e IV da Decisão nº 4.175/15;

IV – determinar ao Departamento de Trânsito do Distrito Federal que, no prazo de 60 (sessenta) dias, adote as seguintes providências: a) com relação à Jean Carlos Bezerra de Oliveira Costa - informe o andamento do Processo nº 080.007.258/15, bem como adote as devidas providências quanto à devolução ao erário dos valores percebidos indevidamente a título de auxílio-saúde; b) com relação à José Sidney da Silva - acompanhe o deslinde da Ação Declaratória nº 0719496-32.2015.8.07.0016 e adote as providências cabíveis após o trânsito em julgado da ação; c) com relação à Mirtes



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Quarta Procuradoria

Teresa Correia de Mello – conforme a compatibilidade horária dos cargos acumulados pela servidora, visto que o SGRH indica o exercício de dois cargos com 40 horas semanais; d) encaminhe à Controladoria-Geral do Distrito Federal, se já não o fez, o Processo nº 480.000.146/13, com as medidas já implementadas em atendimento ao Relatório de Auditoria nº 3/2014 – DIRPA/CONAP/CONT/STC;

V – autorizar: a) a remessa de cópia da instrução, do relatório/voto do Relator e desta decisão ao Departamento de Trânsito do Distrito Federal e à Controladoria-Geral do Distrito Federal, para subsidiar o cumprimento das diligências; b) o retorno dos autos à Secretaria de Fiscalização de Pessoal, para adoção das medidas pertinentes.” (Grifos acrescidos).

7. Considerando essa deliberação, o Corpo Técnico, desta feita mediante a instrução de fls. 357/361, a vista das informações prestadas pelas jurisdicionadas², informou que a **r. Decisão nº 3.816/2016 foi parcialmente cumprida no que toca às determinações dirigidas ao DETRAN/DF.**

8. Nesse diapasão, em relação ao contido no item IV.a do r. **Decisum**, consignou que a Autarquia se limitou a informar que o processo nº 080.007.258/2015, autuado pela SEE/DF para apurar a percepção indevida do auxílio-saúde pelo servidor Jean Carlos Bezerra de Oliveira Costa encontra-se naquele Órgão e, tão logo obtenha detalhes acerca das medidas adotadas pela jurisdicionada, encaminhará informação complementar ao e. **Tribunal**.

9. Em contraponto a esses esclarecimentos, a Área Instrutiva aduziu que, após consulta ao Sistema Único de Gestão de Recursos Humanos – SGRH constatou o **pagamento da parcela do auxílio-saúde ao mencionado servidor, entre agosto de 2011 e junho de 2015, tanto pela SEE/DF quanto pelo DETRAN/DF**. Apesar da irregularidade, prosseguiu informando que **não encontrou qualquer providência atinente a eventuais descontos decorrentes do pagamento indevido.**

10. Ainda nesse viés, lembrou os esclarecimentos prestados pela SEE/DF em razão da r. Decisão nº 4.175/2015, juntados às fls. 187/191 dos presentes autos, oportunidade em que esta jurisdicionada informou que a **duplicidade de pagamento do referido auxílio ao servidor Jean Carlos Bezerra de Oliveira Costa se deu entre o período de junho de 2012 a junho de 2015**, no valor de R\$ 7.400,00, cujo montante não foi ressarcido diante da **ausência de autorização do servidor para o desconto**. Ainda aduziu a SEE/DF: “*Processo encontra-se em tramitação, podendo ser encaminhado para providências quanto à inscrição em dívida ativa.*” (Fl. 190).

11. Malgrado esse posicionamento, pontuou a Unidade Técnica que o histórico de movimentação do referido processo, fl. 356, demonstra que os autos foram arquivados sem tramitação externa à SEE/DF.

² Ofício nº 1.708/GAB do Detran/DF, fl. 339, acompanhado dos documentos de fls. 340/355 e Processo nº 480.000.146/2013 – apenso.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Quarta Procuradoria

12. Prosseguindo, diante do risco do não ressarcimento ao Erário dos valores recebidos indevidamente, sopesou que, independente da opção posterior feita pelo servidor para a percepção do auxílio de maior valor, a constatação apurada na auditoria de que trata o presente processo resulta em ressarcimento de maior monta, considerando que o valor indevido é o relativo ao auxílio-saúde recebido de forma concomitante do segundo vínculo laboral, **in casu**, o DETRAN/DF, o que resultaria na necessidade de devolução de valor muito superior àquele calculado pela SEE/DF.

13. A esse propósito, ponderou que:

“10. Nesse sentido e já considerando o posicionamento da SEE/DF revelado na instrução anterior, o Tribunal entendeu por bem determinar ao DETRAN/DF que promovesse o ressarcimento. Portanto, não há que se esperar o desfecho do Processo nº 080.007.258/15 por parte da SEE/DF, que, aliás, já foi arquivado, cabendo ao DETRAN/DF adotar as providências para ressarcimento do valor por ele pago ao servidor a título de auxílio-saúde no período compreendido entre agosto de 2011 e junho de 2015, corrigido na forma da legislação aplicável à espécie, observando previamente o contraditório e ampla defesa.

11. Ultrapassada a fase de defesa, e sendo ela desprovida, não há que se condicionar o ressarcimento a eventual autorização do servidor para desconto do pagamento. Cabe ressaltar que a reposição ao erário pelo servidor público distrital decorrente de pagamento indevido é uma obrigação e não uma faculdade, nos termos dos artigos 119 e 120 da LC nº 840/2011.

12. Assim, sugere-se considerar a diligência determinada ao DETRAN descumprida, razão pela qual deva ser reiterada de forma mais detalhada e enfática, sendo que seu cumprimento poderá ser verificado em futura auditoria.” (Fl. 359 – Grifos acrescidos).

14. No tocante às demais determinações endereçadas ao DETRAN/DF, itens IV.b, IV.c e IV.d do r. **Decisum** nº 3.816/2016, registrou que as informações prestadas pela Autarquia foram **suficientes** para afastar a propositura de sugestões adicionais do e. **Tribunal**.

15. Igualmente, considerou **satisfatória a manifestação da CGDF** contida às fls. 184/185 do Processo nº 480.000.146/2013 – apenso, encaminhado ao c. **TCDF** em atenção ao item II da r. Decisão nº 3.816/2016.

16. Nesse viés, consignou que foi possível constatar o **atendimento das recomendações** emanadas da equipe de auditora em relação aos itens: ampliação de carga horária; auxílio-alimentação; desvio de função; conciliação do adiantamento de férias; pagamento de licença-prêmio em pecúnia; abono de permanência e fica limpa, constantes do Relatório de Auditoria nº 3/2014-DIRPA/CONAP/CONT/STC (fls. 45/87).

17. De outro lado, aduziu que a implementação das medidas adotadas em razão dos apontamentos referentes aos itens: adicional de insalubridade; adicional de tempo de serviço e acumulação de cargos ou empregos públicos serão objeto de verificação em futuras auditorias.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Quarta Procuradoria

18. Posto isso, o Órgão Instrutivo sugeriu ao c. **Plenário**:

*“I - tomar conhecimento dos documentos de folhas 339/356 e dos documentos do apenso;
II – considerar:*

a) cumprida a diligência determinada à CGDF;

b) cumpridas as diligências determinadas ao DETRAN/DF à exceção do item IV, ‘a’, da Decisão nº 3.816/2016;

III – esclarecer ao DETRAN/DF que o pagamento indevido ao servidor Jean Carlos Bezerra de Oliveira Costa é o relativo ao auxílio-saúde por ele recebido de forma concomitante no 2º vínculo laboral, razão pela qual as providências de ressarcimento devem ser adotadas por essa Autarquia;

IV – determinar ao DETRAN/DF que, observados previamente a ampla defesa e o contraditório, e tendo por suporte legal os artigos 119 e 120 da Lei Complementar nº 840/2011, providencie o ressarcimento dos valores pagos a título de auxílio-saúde ao servidor Jean Carlo Bezerra de Oliveira Costa, no período compreendido entre agosto de 2011 e junho de 2015, com as devidas correções e acréscimos legais, cuja verificação será feita em futura auditoria desta Corte de Contas;

VI – autorizar:

a) o envio desta instrução e/ou do Voto/Decisão que vierem a ser proferidos ao DETRAN/DF com vistas ao perfeito entendimento do assunto tratado; e

b) o retorno dos autos à SEFIPE para as anotações pertinentes e posterior arquivamento. ” (Fls. 360/361).

19. Em cumprimento ao r. Despacho Singular nº 50/2017-GCPM (fl. 363), os autos foram encaminhados a este Órgão Ministerial de Contas para a devida manifestação.

20. Após este relato, passo à análise do feito, destacando que o **MPC/DF** possui entendimento **parcialmente convergente** com o trazido pela Unidade Técnica. Explico.

21. Como dito alhures neste Parecer, o c. **TCDF**, tendo em vista os apontamentos lançados no Relatório de Auditoria nº 3/2014 – DIRPA/CONAP/CONT/STC (fls. 45/87) e as manifestações da Unidade Técnica (fls. 93/107) e do **Parquet** de Contas (fls. 111/122), prolatou a r. Decisão nº 4.175/2015 (fls. 139/140). As determinações contidas no r. **Decisum**, contudo, **não foram cumpridas** em sua totalidade pelas jurisdicionadas.

22. Nesse sentido, após manifestação da SEE/DF e do DETRAN/DF, o c. **Plenário**, novamente acompanhando o entendimento do Corpo Instrutivo (fls. 303/313) e do **MPC/DF** (fls. 316/326), prolatou o r. **Decisum** nº 3.816/2016 (fl. 336).

23. Dessarte, a par das manifestações dos órgãos demandados, entendeu a Unidade Técnica pela **insuficiência** do atendimento das deliberações contidas no item IV.a da r. Decisão, que, repita-se, determinou ao DETRAN/DF, em relação ao Sr. Jean Carlos Bezerra de Oliveira Costa, **prestasse informações acerca do andamento do Processo nº 080.07.258/2015, autuado pela SEE/DF para ressarcimento ao Erário dos valores do auxílio-saúde pagos indevidamente ao servidor, bem como adotasse as providências quanto à devolução ao Erário dos montantes percebidos a esse título.**



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

Quarta Procuradoria

24. Nesse viés, considerou que o simples argumento de que o processo autuado para apuração da irregularidade se encontra na SEE/DF, em relação ao qual serão encaminhadas informações complementares tão logo se obtenha detalhes das medidas adotadas por aquela jurisdição, **não socorre** à Autarquia para o atendimento da deliberação plenária.

25. Ao se insurgir contra a referida manifestação, o Corpo Técnico propôs as sugestões lançadas nos itens III e IV da instrução de fls. 357/361, com as quais este **Parquet** especializado, com as vênias de estilo, **diverge**, pelas razões expostas a seguir.

26. Inicialmente, destaco que, mediante consulta ao SIGRH, foi possível constatar que os pagamentos atinentes ao auxílio-saúde efetuados em prol do referido servidor pela SEE/DF tiveram início em **junho de 2012 e não em agosto de 2011**, conforme se depreende dos lançamentos constantes das fichas financeiras por regime de competência dos referidos exercícios de 2011 e 2012 a seguir.



652 - SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCACAO SISTEMA ÚNICO DE GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS - RECOLHIMENTO FICHA FINANCEIRA POR REGIME DE COMPETÊNCIA - TODAS AS FOLHAS

COMPETÊNCIA - 2011

ORGÃO: 652 - SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCACAO

AFASTAMENTO: 219 - 20/12/2016

UNIDADE ADMINISTRATIVA: 005 - DIR.REG.ENSINO - GUARA

LOTAÇÃO: 990210000022 - CENTRO EDUCACIONAL 02 DO GUARA

DESLEGAMENTO: 000 - 00/00/0000

MATRICULA: 00388728 - JEAN CARLOS BEZERRA DE OLIVEIRA COSTA

ADMISSÃO: 17/03/1999

CPF: 619.554.501-53

CTPS: 00021183/00017-DF

CARGO: PROF - PROFESSOR DE EDUC. BASICA

CLASSE: 05

RS: 19 PV3

PIS/PASEP: 12683938278

FUNÇÃO: -

RF:

PROVENTOS/DESCONTO	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Mai	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Total
10926 AUX. ALIMENTACAO PECUNIA	198,00	198,00	198,00	198,00	198,00	198,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.188,00
Frequencia da Rubrica	22	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
20004 DIF.VENCIMENTO	0,00	0,00	0,00	166,73	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	166,73
Frequencia da Rubrica	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
20270 DIF.GARC LEI 4075/07 ATIVO	0,00	0,00	0,00	50,02	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50,02
Frequencia da Rubrica	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
20502 DIF.ADCIONAL TEMPO DE SERVICO	0,00	0,00	0,00	20,01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20,01
Frequencia da Rubrica	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
20529 DIF.TIDEM LEI 4075/07	0,00	0,00	0,00	6,68	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6,68
Frequencia da Rubrica	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
20807 DIF.ADC.NOTURNO ART75/8112 ATIVO	0,00	0,00	0,00	13,86	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	13,86
Frequencia da Rubrica	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
30950 DEV.IMPOSTO DE RENDA	0,00	0,00	0,00	5,06	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5,06
Frequencia da Rubrica	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
40022 BRB - NOTEBOOK FAP	75,67	75,67	75,67	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	227,01
Frequencia da Rubrica	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
40257 SINPRO-DF MENSALIDADE	21,96	21,16	22,82	22,83	23,57	23,23	24,03	23,46	25,23	25,23	25,18	24,99	283,69
Frequencia da Rubrica	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
40486 CUSTEIO AUX. TRANSPORTE	68,00	77,37	76,00	78,91	83,93	83,93	83,93	83,93	87,70	87,70	87,70	32,00	931,10



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

Quarta Procuradoria



652 - SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCACAO
SISTEMA ÚNICO DE GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS - RECOLHIMENTO
FICHA FINANCEIRA POR REGIME DE COMPETÊNCIA - TODAS AS FOLHAS

COMPETÊNCIA - 2011

ORGÃO: 652 - SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCACAO

UNIDADE ADMINISTRATIVA: 005 - DIR.REG.ENSINO - GUARA

LOTAÇÃO: 990210000022 - CENTRO EDUCACIONAL 02 DO GUARA

AFASTAMENTO: 219 - 20/12/2016

DESLIGAMENTO: 000 - 00/00/0000

MATRICULA: 00388726 - JEAN CARLOS BEZERRA DE OLIVEIRA COSTA

ADMISSÃO: 17/03/1999

CPF: 619.554.501-53

CTPS: 00021183/00017-DF

CARGO: PROF - PROFESSOR DE EDUC. BASICA

CLASSE: 05

RS: 19 PV3

PIS/PASEP: 12683938278

FUNÇÃO: -

RF:

PROVENTOS/DESCONTO	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Total
10926 AUX. ALIMENTACAO PECUNIA	198,00	198,00	198,00	198,00	198,00	198,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.188,00
Frequencia da Rubrica	22	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
20004 DIF.VENCIMENTO	0,00	0,00	0,00	166,73	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	166,73
Frequencia da Rubrica	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
20270 DIF.GARC LEI 4075/07 ATIVO	0,00	0,00	0,00	50,02	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50,02
Frequencia da Rubrica	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
20502 DIF.ADCIONAL TEMPO DE SERVICO	0,00	0,00	0,00	20,01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20,01
Frequencia da Rubrica	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
20529 DIF.TIDEM LEI 4075/07	0,00	0,00	0,00	6,68	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6,68
Frequencia da Rubrica	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
20807 DIF.ADC.NOTURNO ART75/8112 ATIVO	0,00	0,00	0,00	13,86	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	13,86
Frequencia da Rubrica	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
30950 DEV.IMPOSTO DE RENDA	0,00	0,00	0,00	5,06	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5,06
Frequencia da Rubrica	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
40022 BRB - NOTEBOOK FAP	75,67	75,67	75,67	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	227,01
Frequencia da Rubrica	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
40257 SINPRO-DF MENSALIDADE	21,96	21,16	22,82	22,83	23,57	23,23	24,03	23,46	25,23	25,23	25,18	24,99	283,69
Frequencia da Rubrica	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
40486 CUSTEIO AUX. TRANSPORTE	68,00	77,37	76,00	78,91	83,93	83,93	83,93	83,93	87,70	87,70	87,70	32,00	931,10



652 - SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCACAO
SISTEMA ÚNICO DE GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS - RECOLHIMENTO
FICHA FINANCEIRA POR REGIME DE COMPETÊNCIA - TODAS AS FOLHAS

COMPETÊNCIA - 2011

ORGÃO: 652 - SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCACAO

UNIDADE ADMINISTRATIVA: 005 - DIR.REG.ENSINO - GUARA

LOTAÇÃO: 990210000022 - CENTRO EDUCACIONAL 02 DO GUARA

AFASTAMENTO: 219 - 20/12/2016

DESLIGAMENTO: 000 - 00/00/0000

MATRICULA: 00388726 - JEAN CARLOS BEZERRA DE OLIVEIRA COSTA

ADMISSÃO: 17/03/1999

CPF: 619.554.501-53

CTPS: 00021183/00017-DF

CARGO: PROF - PROFESSOR DE EDUC. BASICA

CLASSE: 05

RS: 19 PV3

PIS/PASEP: 12683938278

FUNÇÃO: -

RF:

PROVENTOS/DESCONTO	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Total
Frequencia da Rubrica	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
40920 SEGURIDADE SOCIAL	232,79	232,79	236,87	265,12	251,78	251,78	251,78	251,78	261,88	261,88	261,88	261,88	3.022,21
Frequencia da Rubrica	1100	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
40923 SEGURIDADE.SOC.GRAT.NATALICIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	261,88	0,00	0,00	0,00	261,88
Frequencia da Rubrica	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
40950 IMPOSTO DE RENDA	34,82	28,83	40,99	53,19	40,44	37,87	43,88	39,59	52,13	52,13	51,73	50,35	525,95
Frequencia da Rubrica	750	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
40951 I.R.R.F. 13 SALARIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	41,42	0,00	0,00	0,00	41,42
Frequencia da Rubrica	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
PROVENTOS	2.462,25	2.398,28	2.556,58	2.831,92	2.707,63	2.865,30	2.587,41	2.514,19	5.064,36	2.675,60	2.694,24	3.325,37	34.683,13
DESCONTOS	433,24	435,82	452,35	420,05	399,72	396,81	403,62	398,76	730,24	426,94	426,49	369,22	5.293,26
LIQUIDOS	2.029,01	1.962,46	2.104,23	2.411,87	2.307,91	2.468,49	2.183,79	2.115,43	4.334,12	2.248,66	2.267,75	2.956,15	29.389,87



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Quarta Procuradoria



652 - SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCACAO
SISTEMA ÚNICO DE GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS - RECOLHIMENTO
FICHA FINANCEIRA POR REGIME DE COMPETÊNCIA - TODAS AS FOLHAS

COMPETÊNCIA - 2012

ORGÃO: 652 - SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCACAO

AFASTAMENTO: 219 - 20/12/2016

UNIDADE ADMINISTRATIVA: 005 - DIR.REG.ENSINO - GUARÁ

LOTAÇÃO: 990210000022 - CENTRO EDUCACIONAL 02 DO GUARA

DESLIGAMENTO: 000 - 00/00/0000

MATRICULA: 00388726 - JEAN CARLOS BEZERRA DE OLIVEIRA COSTA

ADMISSÃO: 17/03/1999

CPF: 619.554.501-53

CTPS: 00021183/00017-DE

CARGO: PROF. PROFESSOR DE EDUC. BASICA

CLASSE: 05

RS: 19 PV3

PIS/PASEP: 12683938278

FUNÇÃO:

RF:

[illegible]

652 - SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCACAO
SISTEMA ÚNICO DE GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS - RECOLHIMENTO
FICHA FINANCEIRA POR REGIME DE COMPETÊNCIA - TODAS AS FOLHAS

COMPETÊNCIA - 2012

ORGÃO: 652 - SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCACAO

AFASTAMENTO: 219 - 20/12/2016

UNIDADE ADMINISTRATIVA: 005 - DIR.REG.ENSINO - GUARA

LOTAÇÃO: 990210000022 - CENTRO EDUCACIONAL 02 DO GUARA

DESLIGAMENTO: 000 - 00/00/0000

MATRICULA: 00388726 - JEAN CARLOS BEZERRA DE OLIVEIRA COSTA

ADMISSÃO: 17/03/1999

CPF: 619.554.501-53

CTPS; 00021183/00017-DF

CARGO: PROF - PROFESSOR DE EDUC. BASICA

CLASSE: 05

RS: 19 PV3

PIS/PASEP: 12683938278

FUNÇÃO:

RE:

[illegible]



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Quarta Procuradoria

27. Por essa razão, no entender do **Parquet** de Contas, evidencia-se que o ressarcimento ao Erário dos valores recebidos pelo servidor da SEE/DF a título de auxílio-saúde deve compreender o período de **junho de 2012 a junho de 2015**.

28. Nesse contexto, vale rememorar que o normativo do benefício, a Lei distrital nº 4.862/2012, o criou, em caráter provisório, no valor mensal de **R\$ 200,00, a partir de 1º de junho de 2012**. Por sua vez, **a interrupção do pagamento procedida pela SEE/DF em julho de 2015**, conforme comprova a ficha financeira deste exercício juntada às fls. 167/168 dos presentes autos, determina o **termo final** do período de pagamento indevido da referida parcela.

29. Prosseguindo, haja vista as providências já adotadas pela SEE/DF no que toca à recomposição do Tesouro local dos recursos recebidos de forma irregular pelo servidor, neste sentido, a autuação do mencionado Processo nº 080.007.258/2015 e a suspensão da concessão do benefício, novamente em **divergência** às sugestões do Corpo Técnico, entendo que o e. **Tribunal** deva reiterar àquela jurisdicionada, com o alerta da sanção estipulada no inciso IV, do art. 57 da LC nº 1/1994, a determinação contida no item IV.b da r. Decisão nº 4.175/2015, nos seguintes termos, **in verbis**:

“(…)

IV – autorizar:

(…)

*b) a remessa à **Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal** das peças de fls. 91/92, para que, em conjunto com o DETRAN/DF e observado o devido processo legal, regularize o pagamento da parcela Auxílio-Saúde, atualmente paga em duplicidade, bem como **providencie o ressarcimento ao erário dos valores pagos indevidamente, dando ciência ao Tribunal no prazo de 90 (noventa) dias;**” (Grifos acrescidos).*

30. Dessarte, no entender **Parquet** especializado, não há que se falar em arquivamento do presente feito **até a comprovação, pela SEE/DF, da adoção das medidas necessárias à recomposição do Erário, no que diz respeito ao pagamento indevido do auxílio-saúde ao servidor Jean Carlos Bezerra de Oliveira**, no período compreendido entre junho de 2012 e junho de 2015.

31. Vale lembrar que poderá o servidor anuir com o desconto em seu contracheque do valor indevidamente percebido. Não sendo autorizado, contudo, deverá a Administração, garantidos o devido processo legal, o contraditório e a ampla defesa, **implementar o desconto em folha**, conforme iterativa jurisprudência do c. **TJDFT** e do e. **STJ**, **in verbis**:

“DIREITO ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO. DESCONTO EM FOLHA. RESSARCIMENTO AO ERÁRIO. PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO PRÉVIO. NECESSIDADE. PRECEDENTES DO STJ. AGRAVO IMPROVIDO.

1. É firme a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça no sentido de que os descontos em folha de pagamento, para fins de ressarcimento ao erário, devem ser



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Quarta Procuradoria

precedidos de autorização do servidor público ou de procedimento administrativo em que sejam assegurados o contraditório e a ampla defesa.

2. Agravo regimental improvido.”

(STJ, AgRg no REsp 1.116.855/RJ, 5ª Turma, Rel. Min. Arnaldo Esteves Lima, DJe de 18/2/2010).

“ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO DO ARTIGO 535 DO CPC. SERVIDOR PÚBLICO. RESSARCIMENTO AO ERÁRIO. NECESSIDADE DE PRÉVIA OITIVA DO INTERESSADO. CONTRADITÓRIO E AMPLA DEFESA. OBSERVÂNCIA.

1. A citada violação do artigo 535, do CPC, não se efetivou no caso dos autos, uma vez que não se vislumbra omissão, obscuridade ou contradição no acórdão recorrido capaz de tornar nula a decisão impugnada no especial. A Corte de origem apreciou a demanda de modo suficiente, havendo se pronunciado acerca de todas as questões relevantes.

2. Prevalece nesta Corte Superior a corrente segundo a qual, de fato, é possível à Administração Pública efetuar o desconto no contracheque dos servidores de valores indevidamente pagos. Tal procedimento encontra-se condicionado à ciência do interessado, oportunizando-lhe a observância dos princípios da ampla defesa e do contraditório, em prévio procedimento administrativo, ou precedido de autorização do servidor público.

3. Havendo observância, por parte da Administração Pública, da prévia comunicação ao servidor interessado referente ao desconto na sua folha de salário a título de ressarcimento, este mostra-se cabível, conforme bem concluiu o Tribunal de origem.

4. Recurso especial não provido.”

(STJ, REsp 1239362 / SC, 2ª Turma, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, DJe de 15/4/2011).

“APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO ORDINÁRIA. PROFESSOR DA REDE PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL. CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO CUSTEADO PELA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO. FALTA DE PARTICIPAÇÃO, A QUAL EQUIVALE AO ABANDONO DO CURSO. RESSARCIMENTO AO ERÁRIO. OBRIGATORIEDADE.

- O autor frequentou 225 horas/aula do curso de pós-graduação custeado pela Secretaria de Educação do Distrito Federal com carga horária de 420 horas/aula, obtendo a menção SR nas disciplinas Fundamento Filosófico e Epistemológico do Conhecimento Científico, Tendências Metodológicas no Ensino de Ciências e Monografia. O Edital do processo seletivo prevê o ressarcimento ao erário se comprovado o abandono ou desistência do curso, o que ocorreu no caso em análise.

- Devido, portanto, o desconto em folha de pagamento do autor a título de ressarcimento por abandono ou desistência do curso de especialização.

- Recurso desprovido. Unânime.”

(TJDFT, 20100112092670APC, 3ª Turma Cível, Rel. Des. Otávio Augusto, DJe de 29/11/2012).

“DIREITO ADMINISTRATIVO. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE ANULAÇÃO DE ATO ADMINISTRATIVO. RESSARCIMENTO. SERVIDOR PÚBLICO. RECEBIMENTO DE VERBA INDEVIDA. LICENÇA-PRÊMIO. BENEFÍCIO PERCEBIDO EM



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Quarta Procuradoria

DUPPLICIDADE. MÁ-FÉ DEMONSTRADA EM RAZÃO DE DUPLO REQUERIMENTO PARA CÔMPUTO DO TEMPO E CONVERSÃO EM PECÚNIA. PROCESSO ADMINISTRATIVO. RESPEITO AO CONTRADITÓRIO E À AMPLA DEFESA. DESCONTO EM FOLHA. ÔNUS DE SUCUMBÊNCIA. FUNDAMENTAÇÃO CONCISA. OBSERVÂNCIA DOS PARÂMETROS LEGAIS.

1. Não pode ser considerada de boa-fé a percepção de valores quando estes decorrem de pedido da parte que induz em erro a administração, pois, na espécie, a autora utilizou o tempo de licença-prêmio tanto para conversão em pecúnia como para contagem de tempo para aposentadoria e recebimento de abono de permanência. Em verdade, verifica-se conduta má intencionada da servidora, que induziu em erro a Administração, com o fim de perceber em duplicidade vantagem incabível.

2. Mostra-se legítimo ato administrativo que determina a devolução dos valores indevidamente pagos, notadamente quando recebidos de má-fé pelo servidor. Ademais, não há afronta ao devido processo legal se o servidor é previamente cientificado da supressão do benefício indevidamente pago, mas se furta a impugnar administrativamente a decisão.

3. Não está passível de nulidade a decisão que entendeu pela obrigatoriedade da autora ressarcir ao erário os valores indevidamente recebidos. E, em sendo observado o contraditório e a ampla defesa no processo administrativo, como no caso, é cediço na jurisprudência a possibilidade dos descontos em folha de pagamento. Precedentes do STF e do STJ.

4. Não é passível de nulidade, em razão da carência de fundamentação, a fixação de verba de sucumbência que apesar de ter sido explicitada de forma concisa observa os parâmetros legais.

Recurso de apelação conhecido e desprovido.”

(TJDFT, 20130111196566APC, 3ª Turma Cível, Rel. Des. Alfeu Machado, DJe de 4/5/2015).

32. Por derradeiro, desta feita em harmonia com o Corpo Instrutivo, considerando a manifestação da CGDF contida no processo nº 480.000.146/2013 – apenso, tendo em vista o item II da r. Decisão nº 3.816/2013, assim como as demais informações prestadas pelo DETRAN/DF em relação aos itens IV.b, IV.c e IV.d da mesma deliberação, entendo que não são necessárias determinações adicionais do e. **Tribunal**.

33. Ante o exposto, este **Ministério Público de Contas**, com as considerações constantes nos parágrafos 28/29, tem entendimento **parcialmente convergente** com as conclusões apresentadas pela zelosa Unidade Técnica.

É o Parecer.

Brasília, 14 de março de 2017.

Marcos Felipe Pinheiro Lima
Procurador